

Compras públicas centralizadas: um estudo bibliométrico

Centralized Public Procurement: A Bibliometric Study

 Stéfane Nascimento da Silva¹

 Alexandre Nascimento de Almeida²



Resumo

Este trabalho realizou um estudo bibliométrico com o objetivo de identificar o panorama das vantagens das compras públicas centralizadas. Uma amostra de 25 artigos foi selecionada com base na metodologia Knowledge Development Process-Constructivist (ProKnow-C). Os resultados apontam para a predominância da produção acadêmica brasileira e europeia, sobretudo nos últimos cinco anos. Principalmente a partir de 2020, influenciado pelas ações públicas de combate à pandemia de COVID-19. A produção bibliográfica concentrou-se em periódicos relacionados à gestão de suprimentos, sustentabilidade, administração e gestão pública. Há necessidade de desenvolver pesquisas empíricas voltadas à investigação dos principais benefícios e ao uso estratégico da centralização no ramo das compras públicas.

Palavras-chave: licitações públicas, sustentabilidade, compras compartilhadas

Abstract

This work carried out a bibliometric study to identify the advantages of centralized public procurement. A sample of 25 articles was selected using the Knowledge Development Process-Constructivist (ProKnow-C) methodology. The results point to the predominance of Brazilian and European academic production, especially in the last five years. Mainly since 2020, influenced by public actions to combat the COVID-19 pandemic. Bibliographic production focused on periodicals related to supply management, sustainability, administration, and public management. There is a need to develop empirical research to investigate the main benefits and strategic use of centralization in the field of Public Procurement.

Keywords: public bids, sustainability, shared purchases

¹ stefane.silva@mj.gov.br, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília/DF [Brasil]

² alexalmeida@unb.br, Professor PPG-GP da Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF [Brasil]

Recebido em: 19.02.2024

Aprovado em: 14.11.2025

Como citar este artigo

Silva, S. N., & Almeida, A. N. (2026). Compras públicas centralizadas: um estudo bibliométrico. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, 28(1), 27-45. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2026v28i1.65593>

Introdução

As compras governamentais promovem valor estratégico às organizações públicas e influenciam as estruturas administrativas. Ollaik e Medeiros (2011) apontam que as aquisições de bens e serviços públicos são instrumentos governamentais para a implementação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que estruturam parte da cadeia produtiva em vários setores da economia. Sob esse prisma, estudos recentes demonstram que o volume das compras governamentais corresponde a cerca de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) de países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com percentual semelhante em relação aos gastos brasileiros (Ribeiro e Inácio Júnior, 2019; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021).

Nesse contexto, há potencial para o desenvolvimento de ferramentas que otimizam o ciclo de compras públicas e ampliam a realização de modelagens centralizadas, subdivididas a partir da execução centralizada ou descentralizada dos contratos; sub-rogação de contratos, ou, ainda, via Sistema de Registro de Preços (SRP), denominada compras compartilhadas, por órgãos estatais (Araújo & Araújo, 2020; Santos & Fernandes, 2022). Esses modelos visam reduzir os custos e aumentar a eficiência econômica (Kauppi & Van Raaij, 2015). De uma perspectiva econômica clássica, a centralização oferece uma forma de coordenar a demanda pública, padronizar os procedimentos e colher ganhos de escala (Wright, 1997; Abrucio, 2005).

Assim, a compra pública centralizada permite que os governos comprem os mesmos produtos a preços mais vantajosos, permeada de sinergia em suas interações com o mercado, bem como entre os atores do processo de contratação (Karjalainen & Kemppainen, 2008). Essa tendência mundial visa alcançar oportunidades e ganhos de escala, com vistas a mitigar custos e atingir múltiplos objetivos estratégicos dos entes públicos (Santos, 2019). Para Silveira (2014), as redes de compras compartilhadas podem resultar em comunidades virtuais, compostas por profissionais com múltiplas habilidades e, principalmente, de alcance da tríade de economia: tempo, informação e recursos públicos.

Nesse sentido, a OCDE tem estabelecido recomendações que exigem esforços de regulamentação por parte de seus países-membros. São medidas voltadas à política de eficiência e melhoria da relação custo-benefício dos processos licitatórios. Também são ações voltadas ao fortalecimento da governança de contratações (IPEA, 2021).

No Brasil, a Lei de Licitações, Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Brasil, 2021), possibilitou a ampliação das centrais de compras dos entes federativos, desde que adaptadas às circunstâncias e aos objetivos estratégicos. Esse paradigma da recente legislação não é desconhecido, pois, desde a década de 1930, permanece o desafio brasileiro de lidar com situações complexas de coordenação e regulamentação de processos e procedimentos, nas formatações de centrais de compras (Fernandes, 2019; Santos, 2019; Silveira, Oliveira, Silva & Santos, 2020). Outro paradigma no setor público é a aplicação de padrões de sustentabilidade, principalmente quando associada

às contratações centralizadas que buscam alternativas de racionalização econômica, ambiental e social (Silva & Barki, 2014).

Ao consultar estudos científicos mais recentes de diferentes campos de pesquisa, é possível identificar diversas dificuldades na implementação de compras públicas centralizadas. Mesmo assim, parte da literatura especializada suscita a investigação sobre seus benefícios e fatores de sucesso no uso estratégico desse instrumento, por se tratar de um tema pouco abordado (Albano & Sparro, 2010; Fernandes, 2019; Santos, 2019; Fiuza, Santos, Lopes, Medeiros & Santos, 2020; Lopes & Santos, 2022). Portanto, do ponto de vista acadêmico, reforça-se a importância de identificar as características que conferem vantagens à centralização – o que se evidencia ao serem abordadas pela literatura brasileira e mundial, diante da atualidade do tema.

Dessa forma, este estudo bibliométrico conta com a organização de um portfólio de estudos para contribuir para o debate acerca das vantagens da centralização de compras públicas, servindo de base para o desenvolvimento das próximas pesquisas teóricas e/ou empíricas. Pretende-se, igualmente, contribuir para o aprimoramento da governança das contratações centralizadas brasileiras e demonstrar o potencial valor do compartilhamento de compras públicas à sociedade.

Metodologia

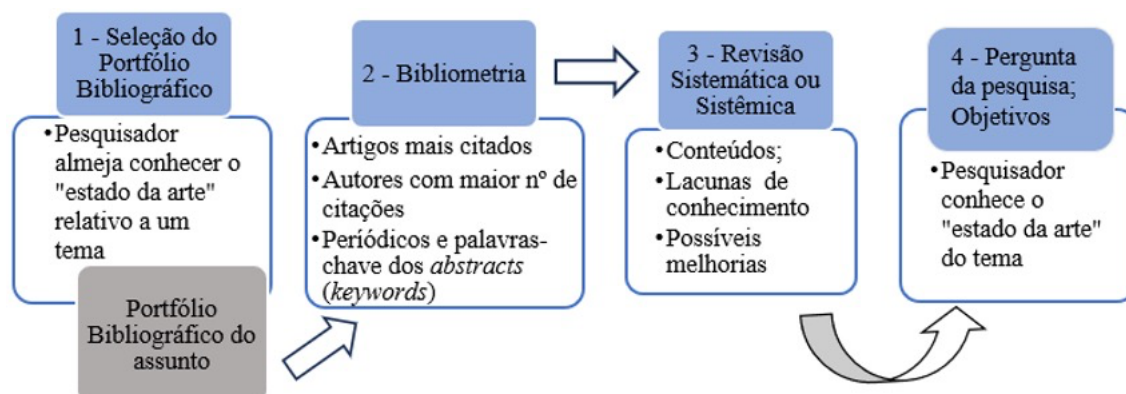
O procedimento metodológico utilizado nos estudos bibliométricos encontra-se consolidado na literatura, destacando a sua aplicação nas seguintes pesquisas: Afonso, Souza, Ensslin e Ensslin (2011); Bortoluzzi, Ensslin, Ensslin e Valmorbida (2011); Freitas, Chaves, Ensslin, Ensslin, Pfitscher e Vicente (2012); Ensslin, Ensslin, Nishiyama e Chaves (2014); Araújo, Matos e Ensslin (2020); Drahein, De Lima e Da Costa (2020); Abud Neto e Silva (2021) e Sousa (2021). Essa abordagem permitiu quantificar o volume, a tendência e a relevância das publicações científicas sobre o tema, bem como identificar os autores com reconhecimento científico no portfólio e nas seções de referências de cada artigo.

A bibliometria busca conhecer as características das publicações, das citações e das palavras-chave, com vista a medir, descrever e propagar o conhecimento científico (Araújo, 2006). Igualmente, facilita a construção de informações e a análise que vão repercutir em futuras pesquisas, para aprofundamento do tema (Santos, 2019). Isso justifica o uso da bibliometria, nos mesmos moldes de Afonso et al. (2011).

Em termos de procedimentos metodológicos, adotou-se o instrumento de intervenção Knowledge Development Process-Constructivist (ProKnow-C), desenvolvido pelo Laboratório de Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (LabMCDA-C), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse método é utilizado para investigação de fragmentos da literatura científica, por meio de um processo estruturado, sistematizado e composto por quatro macroetapas. Essas etapas são descritas na Figura 1.

Figura 1

Composição do processo do ProKnow-C



Fonte: Adaptado de Afonso et al. (2011) e Araújo, Matos e Ensslin (2020).

Nota-se que as duas últimas fases são compostas por uma análise sistemática e pela definição da pergunta e dos objetivos de pesquisa, diante do conhecimento do estado da arte abordado. No presente estudo, a composição do portfólio bibliográfico e a verificação dos parâmetros bibliométricos foram suficientes para o alcance dos objetivos, uma vez que seus resultados podem servir de subsídio aos desdobramentos das etapas seguintes. Além disso, a mesma metodologia foi aplicada pelos pesquisadores da temática em compras públicas (Ensslin et al., 2014), especialmente no campo da sustentabilidade, em cujos estudos foi observado o cumprimento de todas as etapas da Figura 1 (Afonso et al., 2011; Freitas et al., 2012; Drahein, De Lima & Da Costa, 2020).

Aplicação da metodologia ProKnow-C

A primeira etapa consistiu na aplicação do teste de aderência para a busca de palavras-chave no eixo de pesquisa “Contratações Públicas”, conforme estabelecido pelos autores Afonso et al. (2011) e Freitas et al. (2012). Para tanto, foram testadas as palavras “compras públicas”, “centralizadas”, “compartilhadas” e “vantagens” em artigos de revisão. Também foram empregadas as correspondentes em inglês: “public procurement”, “centralization”, “shared” e “advantages”. Após, os ajustes na composição de palavras e a adição de “sustentabilidade” ou “sustainability” – dada a recorrência na literatura –, passou-se à etapa de coleta de dados, entre 24 de setembro e 03 de outubro de 2022.

A formação do portfólio cumpriu a ordem de procedimentos pré-definidos, precedida de três filtragens realizadas na base de dados. Desse modo, a formação do Banco de Artigos Bruto (BAB) ficou restrita a textos revisados por pares e, no corte temporal das publicações dos últimos dez anos (desde 2012), visando à contemporaneidade e à confiabilidade da pesquisa (Afonso et al., 2011; Freitas et al., 2012). Então, houve a filtragem de conteúdo nos idiomas português e inglês.

Na etapa posterior, foram utilizadas combinações de palavras-chave com operadores booleanos. A primeira busca foi em português: “compras públicas” e “centralizadas” OU “compartilhadas” e “vantagens” e “sustentabilidade”. A segunda busca em inglês: “centralized public procurement” OR “centralized public

procurement” OR “shared” AND “advantages” AND “sustainability”. Ambos os conjuntos de palavras foram filtrados pela busca em qualquer campo.

A busca por essas palavras-chave ocorreu nas bases de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Scopus, devido à sua correspondência com a produção científica na área de Administração Pública e à maior cobertura de conteúdo. Utilizou-se o Google Acadêmico (Google Scholar) para verificar o número de citações dos autores e o posterior reconhecimento científico, alinhado a estudos nessa tendência (Afonso et al., 2011; Valmorbidia, Ensslin e Ensslin, 2013; Ensslin et al., 2014; Araújo, Ensslin e Matos, 2020; Freitas et al., 2012; Rezende e Moreira, 2021). Não obstante as críticas dessa ferramenta, seja pelas complexas seleções de classificação de documentos ou pela indexação automática, devido aos múltiplos algoritmos (Ortega & Aguillo, 2013; Martín-Martín, Thelwall, Orduna-Malea & López-Cózar, 2021), há especialistas que defendem os ganhos científicos do Google Acadêmico. Harzing e Alakangas (2016) e Gusenbauer (2019) demonstraram que, apesar de apresentar números superiores de citações, quando comparado ao Scopus, por exemplo, ele se destaca por sua profusão informativa, visibilidade e abrangência (Orduña-Malea, Aytac & Tran, 2019).

Na sequência, houve eliminação por redundância (artigos repetidos) e por títulos não alinhados ao tema. Assim, passou-se à identificação do reconhecimento científico (determinado pelo número de citações) e da representatividade dos autores, ordenados das maiores citações às menores, com ponto de corte próximo de 85%, como sugerido por Afonso et al. (2011). Essa referência remete ao postulado de Pareto (Pareto, 1964), segundo o qual uma minoria da população responde pela maioria dos efeitos. Ou seja, assume-se que a maior parte do reconhecimento científico está contida na menor fatia dos artigos mais citados, dentre o total de citações da amostra. Neste estudo, adotou-se o corte de permanência de 87,91% e, após a leitura de seus resumos, formou-se um Banco de Autores (BA).

Quanto aos artigos acima do percentual, sua permanência foi condicionada em dois momentos: limite temporal de publicação e, subsidiariamente, a compatibilidade com os nomes do BA. Desse modo, foram analisados os artigos publicados nos dois últimos anos da pesquisa, seguindo o método adotado por Ensslin et al. (2014) e Afonso et al. (2011). E foi realizada a exclusão de artigos após a leitura dos resumos que estavam desalinhados à temática. Na etapa seguinte, os artigos publicados antes do corte temporal foram submetidos à compatibilidade no BA e mantidos apenas aqueles cujos resumos convergiam ao tema, para a composição do Portfólio Bibliográfico (PB).

A segunda fase da análise bibliométrica teve amparo nos estudos de Afonso et al. (2011), Rezende (2018), Ensslin et al. (2014) e Sturmer, Garcia, Pereira e Peres (2022), que caracterizaram os periódicos, os autores e o conteúdo dos artigos do PB. Os periódicos foram analisados quanto à distribuição geográfica e a particularidades, tais como escopo e áreas de interesse. Já os autores foram classificados pelo reconhecimento e pela recorrência, pelas citações globais.

Então, tal como propõe Rezende (2018), os artigos foram quantificados com base em aspectos demográficos, metodológicos e teóricos. O aspecto teórico considerou cinco variáveis (T1 a T5), procurando dimensionar quantos trabalhos

discutiram temas relacionados à centralização das compras governamentais (T₁); quantos abordavam vantagens (T₂) ou desvantagens (T₃); se neles havia o componente da sustentabilidade, pela menção das compras sustentáveis (T₄); e em qual área temática os autores apontavam a centralização das compras voltada aos melhores resultados públicos (T₅).

Resultados e Discussão

A quantidade de artigos encontrada foi abaixo do montante de outras pesquisas com a mesma abordagem metodológica, visto que o BAB totalizou 1.326 produções, enquanto a de Afonso et al. (2011) sobre desenvolvimento sustentável, nas mesmas bases de dados, foi de 4.117 publicações; de 4.943 artigos em Ensslin et al. (2014) ao tratar das compras governamentais, e de 919 em Abud Neto e Silva (2021), na temática de licitações públicas sustentáveis. Esses autores adotaram eixos de pesquisa que variaram entre “Sustentabilidade”, “Compras/Licitações Públicas” e “Compras Governamentais”, enquanto este estudo adotou o eixo “Contratações Públicas”. Na Tabela 1, é possível observar a formação do BAB pela sequência das etapas de filtragem.

Tabela 1

Banco de artigos brutos, após triagens no período de 2012 a 2022

Base de Dados	Busca por palavras-chave	Revisados por pares	Artigos em português e inglês
Capes	445	405	403
Scopus	881	577	128
Total	1.326	982	531

Fonte: os autores.

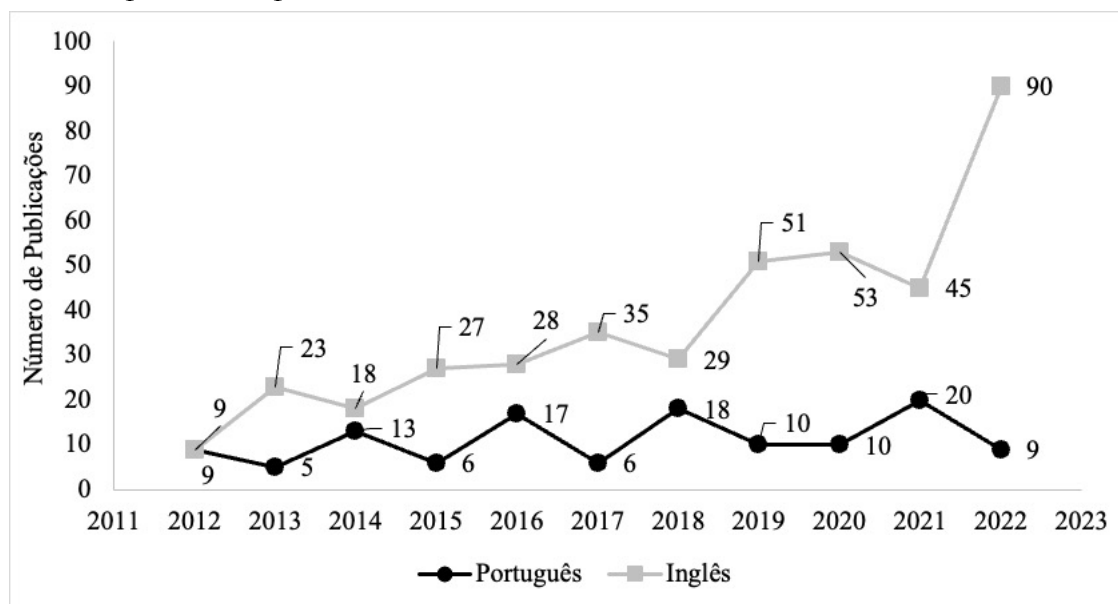
Dentre o resultado parcial, constatou-se que mais da metade dos 531 artigos – cerca de 60% – foi publicada nos últimos cinco anos, ou seja, a partir de 2018, lembrando que o período da pesquisa compreendeu janeiro de 2012 até setembro de 2022. Esse intervalo de tempo remete ao aumento do arcabouço legal para a regulamentação das compras públicas centralizadas, no Brasil e no mundo (Santos & Fernandes, 2022), além dos compromissos internacionais assumidos pelas nações, diante dos desafios de sustentabilidade e suas dimensões (Villac & Silva, 2022).

Outro fator determinante foi a necessidade de uma resposta imediata dos países às situações de emergência e de calamidade pública, como a pandemia do COVID-19, com impacto nas áreas de saúde e educação. Esse cenário reforçou os apontamentos de Fernandes (2019) e de Fiuza, Franco Neto e Marcolino (2022) de que, apesar de as experiências brasileiras de centralização terem sido iniciadas nas décadas de 1930 e 1940, com métodos de racionalização de processos e padronização, a repercussão literária, voltada à prática da Administração Pública, surgiu recentemente.

Conforme o levantamento, as publicações que trataram das vantagens da centralização das compras públicas no idioma inglês foram impulsionadas a partir de 2018, sendo intensificadas cerca de quatro vezes mais do que as publicações em português, principalmente no intervalo de 2020 a 2022, que coincide com o enfretamento do período pandêmico (Figura 2).

Figura 2

Evolução das publicações por idioma



Fonte: os autores.

Realizou-se a exclusão de 52 artigos repetidos (redundância), além da verificação da aderência dos títulos e do agrupamento de artigos pelo reconhecimento dos autores, devido ao corte de permanência em 87,91% (até 12 citações). Após a leitura dos resumos, o grupo que superou o percentual foi avaliado quanto ao ano de publicação e à sua identificação no banco de autores. Nessa fase, não houve compatibilidade entre nenhum dos autores do BA. Assim, restou o alinhamento dos resumos à temática, o que finalizou o portfólio com 25 artigos (Tabela 2).

Tabela 2

Resultado do Portfólio Bibliográfico

Autores	Título	Ano	Citações	Corte de reconhecimento
Sönnichsen, S. D. e Clement, J.	Review of green and sustainable public procurement: Towards circular public procurement	2020	165	28,5%
Lindström, H., Lundberg, S. e Marklund, P. O.	How Green Public Procurement can drive conversion of farmland: An empirical analysis of an organic food policy	2020	46	36,4%
Guarnieri, P. e Gomes, R. C.	Can public procurement be strategic? A future agenda proposition	2019	46	44,4%
Lundberg, S. e Marklund, P. O.	Green public procurement and multiple environmental objectives	2018	37	50,8%
Holma, A. M.; Vesalainen, J.; Söderman, A. e Sammalmaa, J.	Service specification in pre-tender phase of public procurement - A triadic model of meaningful involvement	2020	29	55,8%
Stritch, J. M.; Bretschneider, S.; Darnall, N.; Hsueh, L. e Chen, Y.	Sustainability policy objectives, centralized decision making, and efficiency in public procurement processes in US local governments	2020	29	60,8%
Neto, B.	Analysis of sustainability criteria from European public procurement schemes for foodservices	2020	27	65,5%

Revista Administração em Diálogo

ISSN 2178-0080

A RAD está vinculada ao ODS 4 - Educação de Qualidade
Programa de Pós-Graduação em Administração
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Autores	Título	Ano	Citações	Corte de reconhecimento
Morley, A.	Procuring for change: An exploration of the innovation potential of sustainable food procurement	2021	26	69,9%
Baldus, B.J. e Hatton, L.	U.S. chief procurement officers' perspectives on public procurement	2020	25	74,3%
Storbjörk, J. e Stenius, K.	Why research should pay attention to effects of marketization of addiction treatment systems	2019	18	77,4%
Aboelazm, K. S. e Afandy, A.	Centralization and decentralization of public procurement: Analysis for the role of General Authority for Governmental Services (GAGS) in Egypt	2019	18	80,5%
Hafsa, F. and Darnall, N. e Bretschneider, S.	Estimating the true size of public procurement to assess sustainability impact	2021	17	83,4%
Reis, P.R.C. e Cabral, S.	Para além dos preços contratados: fatores determinantes da celeridade nas entregas de compras públicas eletrônicas	2018	14	85,8%
Fernandes, C. C. C.	Compras Públicas no Brasil: Tendências de inovação, avanços e dificuldades no período recente	2019	12	87,91%
Demircioglu, M. A. e Vivona, R.	Positioning public procurement as a procedural tool for innovation: an empirical study	2021	11	89,8%
Petersen, O. H.; Jensen, M. D. e Bhatti, Y.	The Effect of Procurement Centralization on Government Purchasing Prices: Evidence from a Field Experiment	2022	11	91,7%
Wang, Y.; Liu, J.; Zuo, J. e Rameezdeen, R.	Ways to improve the project management efficiency in a centralized public procurement system: a structural equation modeling approach	2019	9	93,3%
Souza, A. C. M. ; Xavier, L. S. e Mello, J. A. V. B.	Compras Públicas Sustentáveis: uma revisão sistemática	2021	8	94,6%
Paes, C. O.; Zucoloto, I. E.; Rosa, M. e Costa, L.	Práticas, Benefícios e Obstáculos nas compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática de literatura	2019	5	97,6%
Neuenfeld, D.; Theis Stadnick, K.; Ferraz Cário, S. A. e Albuquerque Augusto, C.	Custos de transação nas compras públicas	2018	5	98,4%
Abraham, K. Y. e Tarekegn, G.	Factors affecting effectiveness of centralized public procurement system: evidence from selected Ethiopian higher public education institutions	2020	3	99,0%
Soares, A. R.; da Silva Correia-Neto, J.; Ribeiro, E. S. e Ferreira, L. M.	O processo de compras e o desafio da etapa do planejamento: o caso da Universidade Federal Rural de Pernambuco	2019	3	99,5%
Schleiffer, M.; Landert, J. e Moschitz, H.	Assessing public organic food procurement: the case of Zurich (CH)	2022	1	99,7%
Santos, A. L. T. e Reis, A. da C.	Tendências teóricas do gerenciamento de riscos em compras públicas sustentáveis: uma análise bibliométrica a partir das bases Scopus e Web of Science	2021	1	99,8%
Pappano, D.	The Italian experience of aggregation in public authority procurement	2019	0	100%

Fonte: os autores.

Em relação ao último artigo da listagem, que não possuiu nenhuma citação, é importante informar que sua permanência no PB foi justificada por se tratar da experiência italiana em compras agrupadas (Pappano, 2019), que se alinhou à temática, enriquecendo o portfólio, similar ao feito por Albano e Sparro (2010). Na sequência, foi realizada a leitura integral de todas as publicações, desde que disponíveis gratuitamente, e o estudo passou à fase de bibliometria.

Quanto aos resultados referentes aos periódicos que compuseram o portfólio, foram identificadas 21 revistas indexadas com apenas um artigo, enquanto quatro revistas – Journal of Purchasing and Supply Management, MDPI Journal – Sustainability, Journal of Cleaner Production e a Revista de Gestão Social e Ambiental – contabilizaram dois artigos cada. As revistas que possuem o maior número de artigos têm linhas editoriais relacionadas às categorias de: Gestão da Cadeia de Suprimentos; Desenvolvimento Sustentável; Ciência Ambiental; e Gestão Social e Ambiental, respectivamente.

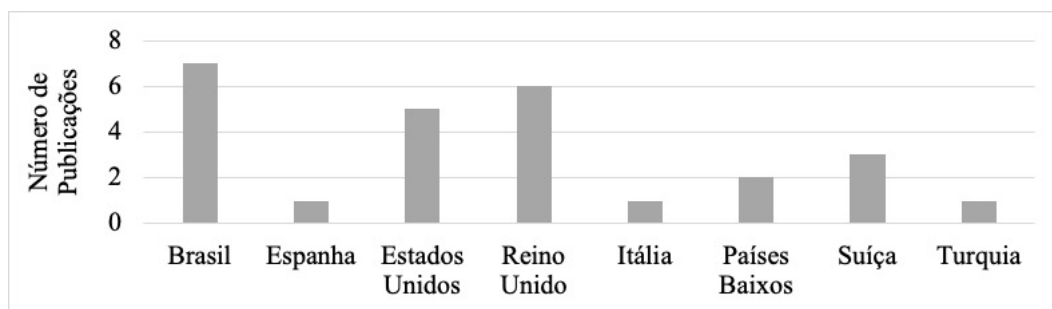
Nessa primeira análise, constatou-se que, apesar do volume de publicações ter revelado certa pulverização da temática em muitas categorias, o escopo das quatro revistas com repetição de artigos ficou mais concentrado em áreas de sustentabilidade. A área com menos concentração foi a de gestão pública. Assim, é possível inferir que a difusão do conhecimento sobre as vantagens das compras centralizadas encampa a tendência internacional de compras públicas sustentáveis, como delineou o estudo de Villac e Silva (2022).

Ao prosseguir nos dados quantitativos, apurou-se que, das 1.655 citações de todos os estudos do PB, o periódico de maior recorrência foi o Journal of Cleaner Production, com 56 menções; seguido de Journal of Purchasing and Supply Management (43), Journal of Public Procurement (39), Public Administration Review (36), International Journal of Operations & Production Management (17) e Food Policy (6). Esses números revelam que, apesar de predominar um editorial com categorias voltadas à sustentabilidade (Journal of Cleaner Production), foi possível observar a presença de categorias multidisciplinares, que trouxeram maior heterogeneidade aos achados, a saber: Administração Pública, Direito, Economia e Administração. Além disso, demonstra-se que o assunto desperta interesse na literatura em múltiplas áreas, a exemplo da revista Food Policy, que abrange categorias como Ciências Agrárias e Biológicas; Economia, Econometria e Finanças; Ciência ambiental e Ciências Sociais.

Sob o prisma da distribuição geográfica, a maior parte dos periódicos do PB está localizada no Brasil (28%) e no Reino Unido (24%), cuja proximidade de percentuais pode se justificar pela busca por artigos com descritores em língua portuguesa e pela abrangência do país latino nas bases de dados pesquisadas. Em contrapartida, o elevado número de publicações de países de língua inglesa (Figura 3) suscita o comparativo entre a realidade das compras públicas centralizadas nos EUA e no Reino Unido. Especialmente, isso ocorre porque a prevalência de publicações europeias, com mais da metade dos periódicos, sugere que a publicação de artigos foi mais difundida em nações nas quais a centralização das compras públicas possui maior tempo de implementação. Essa evidência está em conformidade com os estudos de Santos (2019), Fiuza et al. (2020), Paixão (2021) e Fiuza et al. (2022).

Figura 3

Distribuição geográfica das publicações



Fonte: os autores.

Ainda quanto à relevância dos periódicos, nas citações totais dos artigos do PB, a mesma variabilidade é confirmada, pois as publicações se distribuíram entre 149 revistas indexadas diferentes. Há, porém, de se destacar que, diversamente do resultado anterior, a presença de revistas brasileiras não foi substancial, com cerca de 16%. Já os títulos europeus e americanos preencheram a maior parte dos periódicos, respectivamente, em 60% e 25% do total. Esse índice reporta, novamente, aos achados de Santos (2019), Paixão (2021), Fiuza et al. (2020) e Fiuza et al. (2022), que destacaram experiências europeias de centralização capitaneadas por nações desenvolvidas, em específico, a Finlândia, precursora da modelagem (Santos, 2019; Fiuza et al., 2022).

Sob esse aspecto, a partir da leitura dos resumos do portfólio e do contexto global abordado, muitos dos estudos de caso europeus foram publicados nos últimos cinco anos da pesquisa. Neles, os modelos apontaram vantagens de centralização na eficácia das políticas públicas, como os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), em Portugal; a concessionária italiana de serviço informativo (Concessionaria Servizi Informativi Pubblici - Consip), entre outros formatos, presentes na Alemanha, Dinamarca, França, Noruega, Reino Unido e Suíça (Pappano, 2019; Schleiffer, Landert & Moschitz, 2022; Petersen, Jensen & Bhatti, 2022).

Além da distribuição geográfica e das particularidades editoriais de cada periódico, também interessou investigar o reconhecimento científico dos autores no PB e no conjunto das referências. Destacaram-se os estudos com maior impacto dos autores Sönnichsen e Clement (2020), com 165 citações, o que demonstra que a temática em que se interessaram, ou seja, as “compras verdes” ou “green public procurement”, está em destaque no papel da sustentabilidade nas compras centralizadas. E, nesse contexto, constatou-se que o mesmo tema é recorrente na literatura, pois os artigos de Sofia Lundberg e Per-Olov Marklund estiveram no segundo e no quarto lugar no número de citações do PB, com 46 e 37, respectivamente. Esses autores também produziram artigos de forma coautorial (Lundberg & Marklund, 2018; Lindström, Lundberg & Marklund, 2020), ao destacarem o comprometimento com a eficiência dos gastos públicos e a economicidade, por meio da centralização de

compras sustentáveis. Já em relação às 1.655 referências do PB, as obras de Lundberg e Marklund (2018), Stritch, Bretschneider, Darnall, Hsueh e Chen (2020) e Neto (2020) apareceram, respectivamente, 13, 7 e 5 vezes.

Outro dado bibliométrico da pesquisa foi o levantamento das palavras-chave dos artigos do PB, com um total de 88 expressões, todas em inglês, visto que contemplaram a totalidade dos abstracts (resumos). A expressão “public procurement” (contratação pública) foi a mais citada nos artigos do portfólio bibliográfico (21), seguida de “sustainable public procurement” (compras públicas sustentáveis) (9), “management” (gestão) (6) e “green public procurement” (compras públicas verdes) (3). Tal recorrência corrobora o teste de aderência inicial e reforça a categoria da sustentabilidade nas compras centralizadas, visto que os autores Sönnichsen e Clement (2020) defendem que a incorporação da sustentabilidade em órgãos públicos aumenta o nível de conscientização sobre o desenvolvimento circular e impacta a cadeia de suprimentos sustentáveis.

Na avaliação do conteúdo dos artigos do portfólio bibliográfico, foram delimitadas as variáveis demográficas, metodológicas e teóricas; todas distribuídas por Rezende (2018) em categorias e em artigos quantitativos, resumidas na Tabela 3.

Tabela 3

Variáveis, categorias e resultados da análise bibliométrica

Variáveis Demográficas	Categorias	Quantidade de artigos
Escopo do Estudo	1 = profissional/aplicado	17
	2 = acadêmico/básico	8
Esfera de Aplicação do Estudo	1 = pública	25
	2 = privada	0
	5 = não se aplica	0
Variáveis Metodológicas	Categorias	Quantidade de artigos
Natureza da Pesquisa	1 = teórico	9
	2 = empírico	16
Delineamento	1 = descritivo	5
	2 = correlacional	17
	3 = explicativo-causal (experimental)	3
	5 = não se aplica	0
Natureza dos Dados	1 = qualitativa	4
	2 = quantitativa	7
	3 = quali / quanti	13
	5 = não se aplica	1
Método	1 = levantamento (survey)	4
	2 = estudo de caso	9
	3 = pesquisa bibliográfica	3
	4 = experimento	1
	5 = não se aplica	0
	7 = revisão sistemática	3
Recorte Temporal	1 = longitudinal	6
	2 = transversal	19
	5 = não se aplica	0

Variáveis Teóricas	Categorias	Quantidade de artigos
T1 – A temática central do artigo é centralização de compras governamentais?	1 = sim	15
	2 = não	10
T2 – Aborda as vantagens das compras públicas centralizadas?	1 = sim	21
	2 = não	4
T3 – Aborda as desvantagens das compras públicas centralizadas?	1 = sim	21
	2 = não	4
T4 - Aborda as compras públicas sustentáveis?	1 = sim	22
	2 = não	3
	5 = não se aplica	0
T5 - Em qual área aborda o uso da centralização das compras para melhores resultados?	1 = economicidade	1
	2 = inovação	1
	3 = sustentabilidade	2
	4 = outros	0
	5 = não se aplica	0
	6 = economicidade e inovação	5
	7 = todos	16

Fonte: Adaptado de Rezende (2018) e de Sturmer et al. (2022).

Os resultados indicam que os trabalhos coletados são predominantemente empíricos (16 artigos) e evidenciam que as análises das compras centralizadas não se restringem ao campo das teorias, pois fazem parte da realidade prática de organizações envolvidas em contratações públicas. No total, foram identificadas dezessete pesquisas de delineamento correlacional, cinco descritivas e apenas três explicativo-causais, que requerem investigações de um fenômeno por meio de sistemáticas rigorosas e objetivas, bem como de modelos matemáticos ou estatísticos, segundo Sousa (2009). Quanto ao método, identificaram-se nove estudos de caso, seguidos de quatro levantamentos, com aplicação de questionário, três pesquisas bibliográficas e um experimento.

Em relação à natureza dos dados, observa-se uma alternância entre trabalhos de abordagem quantitativa (sete artigos) e mista (treze artigos), o que sugere a ampliação de pesquisas exclusivamente qualitativas, considerando a reduzida frequência no PB (quatro artigos). Em geral, a abordagem qualitativa é aplicada quando o pesquisador não dispõe de informações ou dados sobre o assunto a ser investigado, contribuindo para o entendimento de motivações, tendências e expectativas em escalas micro e mesossociais (Alami, Desjeux & Garabua-Moussaoui, 2010).

A distribuição temática dos estudos confirma as discussões teóricas que identificam os benefícios e desafios das práticas de compras centralizadas, tanto nacional quanto internacionalmente. A esse respeito, dos dezesseis artigos que abordaram todas as categorias, dez discutiram o tema com base em pesquisas empíricas, com estudos de caso de políticas públicas já implementadas ou em execução por órgãos e entidades. E, das cinco obras que abordaram a economicidade associada à inovação, três foram estudos de caso que avaliaram as vantagens da centralização das compras públicas para obter melhores resultados nos gastos públicos.

Considerando esse cenário, é evidente a necessidade de estudar eixos temáticos voltados à sustentabilidade, inovação e economicidade, de forma mais aprofundada, quanto aos ganhos, obstáculos e melhores resultados nas instituições públicas brasileiras. Lopes e Santos (2022) já demonstravam tais lacunas na literatura

brasileira, carentes de análises qualitativas sobre as vantagens decorrentes da centralização das compras.

Há, inclusive, uma sobreposição dessas temáticas, pois dos 25 artigos do portfólio analisado, dezesseis abordaram essa tríade ao enfatizarem, simultaneamente, os ganhos de escala, a redução de custos, o estímulo à inovação, a promoção da sustentabilidade, a melhoria da eficiência e a transparência na gestão pública. Os órgãos governamentais, inclusive, buscam encontrar um equilíbrio entre esses pilares e não se esgotam neles nos benefícios das modelagens de centralização. Ao contrário, consideram suas necessidades de agregação das compras aos objetivos estratégicos, em vista da abordagem integrada de ganhos mútuos entre a sociedade, as unidades centralizadoras e os fornecedores.

Considerações Finais

O presente trabalho apresentou um estudo bibliométrico que aborda as vantagens das compras públicas centralizadas na literatura brasileira e internacional. A análise dos dados resumiu-se à distribuição dos estudos por número de citações, ano de publicação, autores mais citados, país de origem e categorias dos periódicos. A análise foi complementada por dados relativos a variáveis demográficas, metodológicas e teóricas, derivados da leitura integral das pesquisas selecionadas.

O estudo selecionou um portfólio bibliográfico de 25 artigos sobre o tema. Nele, os pesquisadores se debruçaram sobre as vantagens e os desafios das compras centralizadas, em diversos campos do conhecimento. O predomínio se deu em categorias de periódicos relacionadas à gestão de suprimentos, à sustentabilidade, à administração e à gestão pública. Não obstante, houve composição heterogênea entre áreas de saúde e de economia.

Um fator importante que pode ter contribuído para o aumento dos estudos empíricos, desde 2020 em diante, foi o período pandêmico do COVID-19, visto que muitos países concentraram esforços em compras conjuntas e coordenadas, em especial na área da saúde pública. Já em relação aos periódicos que compõem o portfólio, observou-se a predominância de produções editoriais do Brasil e do Reino Unido. Entretanto, na somatória de todas as referências dos artigos do PB, observou-se concentração de periódicos europeus e americanos. Esse dado pode levar à ideia de que a experiência longa da centralização das compras em países desenvolvidos, da Europa e da América do Norte, tenha se alinhado à produção literária, inclusive por meio de estudos de caso, constatado na bibliometria.

Quanto aos artigos que apresentaram relevância no PB, houve convergência de interesse em palavras-chave mais recorrentes, tais como “compras públicas sustentáveis” (“sustainable public procurement”) e “compras verdes” (“green public procurement”), interligadas à centralização. Assim, reforçou-se o paradigma sustentável das compras públicas, em busca da racionalização dos recursos ambientais, sociais e econômicos. Todos, diretamente interligados às dimensões que compõem o eixo temático da sustentabilidade em sentido amplo. Outros dois eixos de inovação e economicidade também foram identificados no rol bibliométrico, pois muitos autores

entendem que a adoção de soluções inovadoras, na busca por compras sustentáveis, pode resultar na redução de custos públicos e na maior eficiência.

Há lacunas no desenvolvimento de estudos sobre a implementação das compras públicas centralizadas, principalmente no Brasil. Faz-se necessário enfoque nas vantagens das compras centralizadas, sem deixar de investigar eventuais desafios aos modelos aplicados, de modo a alinhar diretrizes e objetivos trazidos pela recente lei de licitações, aprovada em 2021 no Brasil. Essa lei instrumentaliza a reorganização da estrutura administrativa brasileira por meio da instituição de centrais de compras nos órgãos federados e, diante do baixo número de artigos nacionais, revela um campo da Gestão Pública ainda pouco explorado.

Referências

- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11–32.
- Aboelazm, K. S., & Afandy, A. (2019). Centralization and decentralization of public procurement: Analysis for the role of General Authority for Governmental Services (GAGS) in Egypt. *Journal of Advances in Management Research*, 16(3), 262–276. <https://doi.org/10.1108/JAMR-05-2018-0049>
- Abud Neto, F., & Da Silva, R. M. P. (2021). A utilização do Proknow-C para seleção de um portfólio e análise bibliométrica de artigos científicos com tema licitações públicas sustentáveis. *Brazilian Journal of Development*, 7(11), 102052–102071. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n11-026>
- Abraham, K., & Tarekegn, G. (2020). Factors affecting effectiveness of centralized public procurement system: evidence from selected Ethiopian higher public education institutions. *International Journal of Commerce and Finance*, 6(2), 92–103.
- Abrucio, F. L. (2005). A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, 24, 41–67. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100005>
- Afonso, M. H. F., Souza, J. V. de, Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2011). Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo Proknow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5(2), 47–62. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v5i2.424>
- Alami, S., Desjeux, D., & Garabua-Moussaoui, I. (2010). *Os Métodos Qualitativos*. Petrópolis: Vozes.
- Albano, G. L., & Sparro, M. (2010). Flexible strategies for centralized public procurement. *Review of Economics and Institutions*, 1(2), 1–32.
- Araújo, M. A. D. de, & Araújo, F. R. de. (2020). *Compras na administração pública: processos, transparência e sustentabilidade em aquisições e contratações* v. 2. Natal: EDUFRRN.
- Araújo, S. S. de, Matos, L. dos S., & Ensslin, S. R. (2020). Compras Públicas sob a Perspectiva da Avaliação de Desempenho: uma Revisão de Literatura e Agenda de

- Pesquisa. *Revista Gestão & Conexões*, 9(1), 99–127. <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2020.9.1.27486.99-127>
- Baldus, B. J., & Hatton, L. (2020). U. S. chief procurement officers' perspectives on public procurement. *Journal of Purchasing and Supply Management*, 26(1). <https://doi.org/10.1016/j.pursup.2019.05.003>
- Bortoluzzi, S. C., Ensslin, S. R., Ensslin, L., & Valmorbidia, S. M. I. (2011). Avaliação de desempenho em redes de pequenas e médias empresas: estado da arte para as delimitações postas pelo pesquisador. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 4(2), 202–222. <https://doi.org/10.19177/reen.v4e22011202-222>
- Brasil. (2021). Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Brasília: Congresso Nacional, 2021. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm
- Drahein, A. D., De Lima, E. P., & Da Costa, S. E. G. (2020). Performance in higher education institutions sustainable operations. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 9(1), 1–24. <https://doi.org/10.5585/geas.v9i1.17156>
- Demircioglu, M. A., & Vivona, R. (2021). Positioning public procurement as a procedural tool for innovation: an empirical study. *Policy and Society*, 40(3), 379–396. <https://doi.org/10.1080/14494035.2021.1955465>
- Ensslin, S. R., Ensslin, L., Nishiyama, M. A., & Chaves, L. C. (2014). Compras governamentais sob a ótica da avaliação de desempenho: um mapeamento do tema conforme as delimitações postas pelos pesquisadores. *Gestão & Regionalidade*, 30(90), 32–49. <https://doi.org/10.13037/gr.vol30n90.2259>
- Fernandes, C. C. C. (2019). Compras Públicas no Brasil: vertentes de inovação, avanços e dificuldades no período recente. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(4), 1–19. <https://doi.org/10.21118/apgs.v4i11.7262>
- Fiuza, E. P. S., Santos, F. V. L., Lopes, V. B., Medeiros, B. A. de, & Santos, F. B. (2020). *Compras públicas centralizadas em situações de emergência e calamidade pública*. (n. 2575). Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, DF. <http://dx.doi.org/10.3816/td2575>
- Fiuza, E. P. S., Franco Neto, E. G., & Marcolino, D. M. (2022). Experiências internacionais de centralização de compras públicas. In: Lopes, V. B.; Santos, F. V. L. (coord.). *Compras públicas centralizadas no Brasil: teoria, prática e perspectivas*. Belo Horizonte: Fórum, 59–96.
- Freitas, C. L. de, Chaves, L. C., Ensslin, L., Ensslin, S. R., Pfitscher, E. D., & Vicente, E. F. R. (2012). Gestão socioambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: uma proposta de seleção de portfólio bibliográfico. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 1(2), 36–54. <https://doi.org/10.19177/rgsa.v1e2201236-54>
- Guarnieri, P., & Gomes, R. C. (2019). Can public procurement be strategic? A future agenda proposition. *Journal of Public Procurement*, 19(4), 295–321. <https://doi.org/10.1108/JOPP-09-2018-0032>

- Gusenbauer, M. (2019). Google Scholar to overshadow them all? Comparing the sizes of 12 academic search engines and bibliographic databases. *Scientometrics*, 118, 177–214. <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2958-5>
- Hafsa, F., Darnall, N., & Bretschneider, S. (2021). Estimating the true size of public procurement to assess sustainability impact. *MDPI Journal - Sustainability*, 13(3), p. 1448. <https://doi.org/10.3390/su13031448>
- Harzing, A. W., & Alakangas, S. (2016). Google Scholar, Scopus and the Web of Science: a longitudinal and cross-disciplinary comparison. *Scientometrics*, 106, 787–804. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1798-9>
- Holma, A.M., Vesalainen, J., Söderman, A., & Sammalmaa, J. (2020). Service specification in pre-tender phase of public procurement-A triadic model of meaningful involvement. *Journal of Purchasing and Supply Management*, 26(1). <https://doi.org/10.1016/j.pursup.2019.100580>
- Karjalainen, K., & Kemppainen, K. (2008). The involvement of small and medium sized enterprises in public procurement: impact of resource, electronic systems and enterprise size. *Journal of Purchasing & Supply Management*, 14(4), 230–240. <https://doi.org/10.1016/j.pursup.2008.08.003>
- Kauppi, K., & Van Raaij, E. M. (2015). Opportunism and honest incompetence—seeking explanations for noncompliance in public procurement. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 25(3), 953–979. <https://doi.org/10.1093/jopart/muto81>
- Lindström, H., Lundberg, S., & Marklund, P. O. (2020). How Green Public Procurement can drive conversion of farmland: An empirical analysis of an organic food policy. *Ecological Economics*, 172(106622), 1–19. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106622>
- Lopes, V. B., & Santos, F. V. L. (coord.). (2022). *Compras públicas centralizadas no Brasil: teoria, prática e perspectivas*. Belo Horizonte: Fórum.
- Lundberg, S., & Marklund, P. O. (2018). Green public procurement and multiple environmental objectives. *Economia e Política Industriale*, 45(1), 37–53. <https://doi.org/10.1007/s40812-017-0085-6>
- Martín-Martín, A., Thelwall, M., Orduna-Malea, E., & López-Cózar, E. D. (2021). Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: a multidisciplinary comparison of coverage via citations. *Scientometrics*, 126, 871–906. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03690-4>
- Morley, A. (2021). Procuring for change: An exploration of the innovation potential of sustainable food procurement. *Journal of Cleaner Production*, 279(123410), 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123410>
- Neto, B. (2020). Analysis of sustainability criteria from European public procurement schemes for foodservices. *Science of the Total Environment*, 704(135300), 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.135300>
- Neuenfeld, D. R., Stadnick, K. T., Cário, S. A. F., & Augusto, C. A. (2018). Custos De Transação Nas Compras Públicas. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 11(1), 226–252. <https://doi.org/10.19177/reen.v11e02018226-252>

- Ollaik, L. G., & Medeiros, J. J. (2011). Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1943-1967. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600015>
- Ortega, J. L., & Aguillo, I. F. (2013). Institutional and country collaboration in an online service of scientific profiles: Google Scholar Citations. *Journal of Informetrics*, 7(2), 394-403. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2012.12.007>
- Orduña-Malea, E., Aytac, S., & Tran, C.Y. (2019). Universities through the eyes of bibliographic databases: a retroactive growth comparison of Google Scholar, Scopus and Web of Science. *Scientometrics*, 121, 433-450. <https://doi.org/10.1007/s11192-019-03208-7>
- Paes, C.O., Zucoloto, I. E., Rosa, M., & Costa, L. (2019). Práticas, Benefícios e Obstáculos nas compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática de literatura. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 13(2), 21-39. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v13i2.1798>
- Paixão, A. L. S. da. (2021). *Compras públicas compartilhadas: um estudo de caso comparando modelos de compras públicas eletrônicas adotados no Brasil, no Chile e nos Estados Unidos* (Dissertação de Mestrado em Governança e Desenvolvimento). Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, DF.
- Pappano, D. (2019). The Italian experience of aggregation in public authority procurement. *Revista Catalana de Dret Públic*, 58, 182-194. <http://dx.doi.org/10.2436/rcdp.i58.2019.3178>
- Pareto, V. (1964). *Cours d'économie politique*. Librairie Droz.
- Petersen, O. H., Jensen, M. D., & Bhatti, Y. (2022). The Effect of Procurement Centralization on Government Purchasing Prices: Evidence from a Field Experiment. *International Public Management Journal*, 25(1), 24-42. <https://doi.org/10.1080/10967494.2020.1787278>
- Reis, P. R. da C., & Cabral, S. (2018). Para além dos preços contratados: fatores determinantes da celeridade nas entregas de compras públicas eletrônicas. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 107-125. <https://doi.org/10.1590/0034-7612164442>
- Rezende, E. C. M. de. (2018). *Da política pública à performance: mapeamento do desempenho de compras governamentais no Simples Nacional* (Dissertação - Mestrado Profissional em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Rezende, E. C. M. de, & Moreira, M. F. (2021). Desempenho das Compras Governamentais: Revisão da literatura Nacional Recente e Proposição de uma Agenda de Pesquisa. *Gestão & Regionalidade*, 37(112), 233-250. <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n112.6036>
- Ribeiro, C. G., & Inácio Júnior, E. (2019). *O Mercado de Compras Governamentais Brasileiro (2006-2017): mensuração e análise. Texto para Discussão (TD) 2476*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9315>

- Santos, F. V. L. (2019). *Centralização de compras públicas: a experiência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)* (Dissertação - Mestrado em Governança e Desenvolvimento). Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Brasília, DF.
- Santos, F. V. L., & Fernandes, C. C. C. (2022). Modelos de centralização de compras na administração pública brasileira. In: Lopes, V. B., & Santos, F. V. L. (coord.). *Compras públicas centralizadas no Brasil: teoria, prática e perspectivas*. Fórum, p. 456–476.
- Santos, A. L. T., & Reis, A. da C. (2021). Tendências teóricas do gerenciamento de riscos em compras públicas sustentáveis: uma análise bibliométrica a partir das bases Scopus e Web of Science. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 15(eo2733), 1–18. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v15i2.2733>
- Schleiffer, M., Landert, J., & Moschitz, H. (2022). Assessing public organic food procurement: the case of Zurich (CH). *Organic Agriculture*, 12(3), 461–474. <https://doi.org/10.1007/s13165-022-00402-5>
- Silva, R. C. da, & Barki, T. V. P. (2014). Compras Públicas Compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. *Revista do Serviço Público (RSP)*, 63(2), 157–175. <https://doi.org/10.21874/rsp.v63i2.93>
- Silveira, M. A. P. da. (2014). Compras compartilhadas como mecanismo que favorece a formação da rede entre universidades públicas. Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. *Anais*. São Paulo. Uninove. <http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/1177?show=full>
- Silveira, G. B., Oliveira, K. D. da S., Silva, A. L. I. F. da, & Santos, I. C. dos. (2020). A estratégia de incorporação dos critérios de compras públicas sustentáveis em uma universidade federal. *Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)*, 19(4), 172–195. <https://doi.org/10.5585/riac.v19i4.17038>
- Soares, A. R., Correia-Neto, J. da S., Ribeiro, E. S., & Ferreira, L. M. (2019). O Processo de Compras e o Desafio da Etapa do Planejamento: O Caso da Universidade Federal Rural de Pernambuco. NAVUS. *Revista de Gestão e Tecnologia*, 9(4), 264–273. <http://dx.doi.org/10.22279/navus.2019.v9n4.p246-273.958>
- Sönnichsen, S. D., & Clement, J. (2020). Review of green and sustainable public procurement: Towards circular public procurement. *Journal of Cleaner Production*, 245(118901), 1–18. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118901>
- Sousa, S. C. (2021). *Determinantes da evasão no curso de graduação em Saúde Coletiva da Faculdade UnB Ceilândia*. 2021.64 f., Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, Brasília.
- Sousa, A. B. (2009). *Investigação em Educação*. Revisão: João Vidigal. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Souza, A. C. M., Xavier, L. S., & Mello, J. A. V. B. (2021). Compras Públicas Sustentáveis: Uma Revisão Sistemática. *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 7(1), e8726, 1–13. <http://dx.doi.org/10.18224/baru.v7i1.8726>.

- Storbjörk, J., & Stenius, K. (2019). Why research should pay attention to effects of marketization of addiction treatment systems. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, Supplement, 18, 31-39. <https://doi.org/10.15288/jsads.2019.s18.31>
- Stritch, J. M., Bretschneider, S., Darnall, N., Hsueh, L., & Chen, Y. (2020). Sustainability policy objectives, centralized decision making, and efficiency in public procurement processes in US local governments. *MDPI Journal - Sustainability*, 12(17), 6934, 1-17. <https://doi.org/10.3390/sui2176934>
- Sturmer, R. A., Garcia, E., Pereira, E. N., & Peres, F. F. F. (2022). Compras públicas: uma revisão sistemática dos riscos e desafios. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 11, 1-11. <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v11.79840>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2021). *Caderno Brasil na OCDE: Compras Públicas*. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/79810970-9580-4941-994f-74a61acaac83/content>
- Valmorbida, S. M. I., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2013). Avaliação de Desempenho na Administração de Universidade Pública: Análise Bibliométrica da Literatura Nacional e Internacional. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(3), 116-125. <https://doi.org/10.2118/apgs.v5i3.4436>
- Villac, T., & Silva, R. C. da. (2022). Centralização de compras públicas e sustentabilidade: benefícios e desafios. In: Lopes, V. B.; Santos, F. L. P. (coord.). *Compras públicas centralizadas no Brasil: teoria, prática e perspectivas*. Belo Horizonte: Fórum.
- Wang, Y., Liu, J., Zuo, J., & Rameezdeen, R. (2019). Ways to improve the project management efficiency in a centralized public procurement system: a structural equation modeling approach. *Engineering, Construction and Architectural Management*, 27(1), 168-185. <https://doi.org/10.1108/ECAM-12-2018-0560>
- Wright, D. S. (1997). *Para entender las relaciones intergubernamentales: estudio introductorio de José Luiz Méndez*. Cidade do México, DF: Fondo de Cultura Económica.